

**EXAME DE DIREITO ADMINISTRATIVO I
(coincidência)**

Turno: Dia Turma A

Regência: Professor Doutor Paulo Otero

I

Atendendo às temperaturas baixas previstas para Portugal Continental no 1.º trimestre de 2023, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) resolve ativar o Plano Nacional de Proteção dos Sem-Abrigo, determinando, por despacho de 6 de janeiro de 2023, o “decretamento de um recolher obrigatório para sem-abrigo, em locais a indicar pelas autoridades competentes, entre as 22h e as 8h, nos concelhos em que a previsão de temperatura seja inferior a 0º”.

- a) Em decorrência do determinado no seu despacho, a Ministra indica ao Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), integrado no Ministério da Administração Interna, que identifique os sem-abrigo nas capitais de concelho e proceda à fiscalização do recolher obrigatório, quando aplicável. O Presidente, apesar de entender não ter de obedecer à MTSSS cumpre o que lhe foi determinado. Aprecie a conduta do Presidente da ANPC e a validade do seu ato (4 valores)

- inexistência de hierarquia entre o Presidente da ANPC e a MTSSS, uma vez que a ANPC está integrada em ministério diferente (MAI) e, logo, inexistência de poder de direção/dever de obediência

- ainda que houvesse dever de obediência este teria cessado tendo em conta que a ordem emitida configura a prática de atos nulos por violação do n.º 2 do artigo 161.º do CPA:

- usurpação de poderes, uma vez que apenas o legislador poderia determinar uma medida restritiva da liberdade de circulação;

- violação do direito fundamental de liberdade (de circulação)

- [...]

- b) A MTSSS delegou no Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social (ISS), I.P., a competência para contratar instituições particulares de solidariedade social (IPSS) para que estas cedessem instalações suas para acolher sem-abrigo no período do recolher obrigatório. O ISS, I.P., entendeu delegar tal competência na Diretora de Protocolos Externos, que contratou com várias instituições tal medida, sendo que com duas delas os contratos foram assinados dois dias antes da publicação da delegação de poderes praticada pela MTSSS. Quais as consequências? (3 valores)

- necessidade de lei habilitante para que a MTSSS pudesse delegar competências no ISS, I.P.;

- subdelegação possível, uma vez que não há qualquer referência à sua proibição;

- o ISS não podia assinar os contratos antes da publicação da delegação de competências, uma vez que esta ainda não era eficaz;

- questão do desvalor: nulidade ou anulabilidade – valorização da justificação;

[...]

- c) Os contratos entre o ISS, I.P. e as várias IPSS, referidas na pergunta anterior, determinam a integração destas instituições na Administração Pública portuguesa? (3 valores)

- a qualificação do contrato celebrado
- o tipo de posição e de poderes exercidos pelas IPSS em resultado do contrato;
- valorização da justificação do aluno;
- [...]

- d) Em 20 de janeiro de 2023, o vereador da Câmara Municipal do Porto (CMP) com o pelouro da proteção civil ativa o Plano de Emergência para a proteção de sem-abrigo e determina ao Conselho de Administração da Metro do Porto, SA, controlada pelo Estado português, que mantenha as suas estações abertas durante a noite para acolher sem-abrigo. Aprecie a validade do ato do vereador (4 valores)

- A Metro do Porto como uma empresa pública do setor empresarial do Estado
- Inexistência de poder de direção, de superintendência ou de tutela
- Exercício da função acionista pelo Estado e não pelo Município do Porto
- O ato do vereador como uma ordem
- Ausência de poder de direção
- Ainda que o ato pudesse configurar o exercício da função acionista, ausência de influência dominante
- Qualificação do vício e do desvalor: a incompetência absoluta e a nulidade
- [...]

- e) Uma vez que, ao abrigo do protocolo celebrado entre o ISS, I.P. e várias IPSS, já existem locais suficientes no concelho do Porto para acolher sem-abrigo, o Conselho de Ministros decide suspender o ato do vereador. Aprecie a validade do ato (2 valores)

- a inexistência de tutela de mérito sobre os municípios;
- mesmo que qualificado o ato como exercício de tutela de legalidade, a inexistência de tutela suspensiva no âmbito da tutela de legalidade;
- a incompetência absoluta para a prática do ato e seu desvalor;
- [...]

II

Comente: “como podem as organizações não-governamentais, enquanto entidades privadas, traduzir um fenómeno de destatização da Administração Pública?” (4 valores)

- o fenómeno da Administração sem Estado (PO, Manual, 27.44.4)
- as organizações não-governamentais traduzem uma forma de privatização das relações internacionais (PO, Manual, 27.4.4)
- a existência de um “serviço público” internacional com “um regime especial de Direito Administrativo” (PO, Manual, 27.4.4)

- *captura de tais organizações não-governamentais pelos interesses públicos transnacionais (PO, Manual, 27.4.5)*
- *uma forma de exercício privado de funções públicas de natureza administrativa (PO, Manual, 27.4.5)*

27 de janeiro de 2023

90 minutos